

Apresentação do Dossiê

Volume 5, Número 10, Julho/Dezembro de 2018

A construção da distinção: perspectivas da história das elites e profissões no Brasil (século XVIII ao XX)

Ao longo da História do Brasil, disputas por poder e influência, construção de instâncias de consagração e distinção, capacidade de controlar diferentes recursos estão presentes nas ações das elites. Suas presenças podem ser percebidas na formação dos partidos políticos e seus líderes no Império e República, a construção social das profissões liberais no século XIX (médicos, engenheiros, juristas), na organização de burocracias técnicas nos anos 1930, na ascensão dos economistas ao final do Estado Novo e na atuação de lideranças empresariais a partir da Ditadura Civil-Militar, na definição de vanguardas artísticas, entre outros tantos exemplos. Tais grupos mobilizavam seus pares e o Estado, para a obtenção de benefícios, e criavam associações e entidades que, por sua vez, constituíam espaços de reprodução de identidades e demarcavam as fronteiras de seus campos de atuação.

No entanto, mais do que apontar quem eram os indivíduos que compunham uma elite e as instituições que os representavam, os estudos sobre as elites contribuem para construir uma História Social sobre o Poder a partir das experiências dos indivíduos e grupos que assumiam um papel de protagonismo nos espaços sociais, em suas diferentes dimensões políticas, socioeconômicas, culturais e profissionais. Para dar conta dessa diversidade, houve notável desenvolvimento dos estudos no campo historiográfico sobre elites e grupos profissionais nas últimas décadas através do uso de novas teorias, metodologias e fontes documentais. A aplicação da prosopografia, análise de redes e estudos de trajetória estão entre os recursos empregados pelos pesquisadores, favorecidos pelo acesso a novas fontes (judiciais, jornalísticas, pessoais) e pela construção de bases de dados informatizadas para conduzir as pesquisas. Desse modo, o presente dossiê reúne cinco artigos que dialogam com a temática das elites e contribuem com diferentes perspectivas teórico-metodológicas sobre o seu estudo, de maneira a contribuir para uma avaliação crítica do estoque de pesquisa históricas até então.

No artigo de Diogo Arruda Carneiro da Cunha, “Os estudos sobre os intelectuais brasileiros e os modelos franceses: constituição, problemas, abordagens, diálogos e historiografia”, o autor propõe revisitar o que se denominou a história dos intelectuais, apontando a constituição desse campo historiográfico na França, as categorias de análise envolvidas e a historiografia brasileira sobre o tema. Um dos méritos de Diogo Cunha foi propor uma consistente síntese para pesquisadores já iniciados ou que começarão a explorar o tema, possibilitando reconhecer em autores como Jean-François Sirinelli a reconfiguração de uma história social da intelectualidade, valendo-se de uma renovada história política que incorporou novos conceitos teóricos e metodológicos, como campo, itinerários, gerações, representações coletivas e sociabilidade, ressignificando o papel dos intelectuais como um grupo social de elite. Contribuições que se refletiram entre sociólogos e historiadores brasileiros a partir do final dos anos 1970, como Sérgio Miceli, Daniel Pécaut, Simon Schwartzman, Nicolau Sevcenko, Ângela de Castro Gomes e Marcos Napolitano, alargando os estudos sobre o campo cultural e intelectuais no país. Como demonstra o autor, há algumas convergências entre essas pesquisas, como a proximidade do intelectual ao poder político, envolvido na construção de uma “consciência nacional”, e uma preferência pelo período entre o final do século XIX e o final do Estado Novo – o que nos aponta oportunidades de pesquisas sobre elites intelectuais para outros períodos historiográficos do país.

No artigo “Reflexões sobre a trajetória de Leopoldino Joaquim de Freitas, 1818-1889”, Vinícius Almeida nos traz elementos da trajetória profissional de um indivíduo negro, com descendentes escravizados, que ascendeu diversos postos na burocracia até ser empregado do Ministério da Fazenda, em 1878. A partir desse caso, podemos perceber como o acesso à instrução escolar foi fundamental para que pessoas como Leopoldino ascendessem socialmente. Muito jovem, ele ingressou no emprego público provincial como professor, para, posteriormente, chegar ao posto de Diretor da Instrução Pública do Rio Grande do Sul. Posteriormente, ocupou cargos burocráticos em órgãos fazendários provinciais e, por meio de suas redes de relações políticas, mas também por conta dos méritos pessoais, foi levado para o Rio de Janeiro, como homem de confiança do Ministro. Ao falecer, seu atestado de óbito o assinalava como indivíduo branco, o que revela a perversidade do embranquecimento reservado a muitos dos pardos, que como ele, atingiam certa notabilidade social. Sua história nos faz pensar, como defende o autor do artigo, nos limites da mobilidade social de pretos e pardos no

Império do Brasil, nos recursos por eles manejados para tal intento, e nas possibilidades e impossibilidades de se expandir o conceito de elite para outros grupos sociais que ocuparam importantes espaços de poder e prestígio social no século XIX.

No artigo “Elites e mediação política no Estado Imperial brasileiro (segunda metade do século XIX)”, Amanda Both nos remete para um dos temas mais instigantes da historiografia do Brasil oitocentista: o papel das elites regionais no interior do sistema político monárquico. Opondo-se às interpretações que conferem um papel de destaque apenas ao universo político da Corte e sua elite política, a autora utiliza o conceito de “mediador” para realizar uma série de reflexões a respeito das conexões entre elites locais, provinciais e imperiais e a importância delas para a manutenção do Estado imperial. Focando a sua análise na trajetória de Henrique d’Ávila, podemos perceber, através das suas redes de relações e dos recursos que ele manejava e distribuía, como esses mediadores políticos eram peças-chave na política imperial. Assim sendo, o artigo nos estimula a investigar de maneira mais aprofundada outros tantos indivíduos que ocupavam posição semelhante em todas as províncias do Império e cujas trajetórias nos auxiliam a compreender melhor os múltiplos aspectos que configuraram a construção do Estado imperial brasileiro.

No artigo “Uma base de dados para membros de carreiras técnicas: estudo sobre os promotores públicos do Rio Grande do Sul (1930-1964)”, Marcelo Vianna propõe discutir a aplicação da Informática em sua pesquisa sobre a formação do Ministério Público e seus agentes sociais. Ao envolver um estudo prosopográfico sobre os promotores públicos, observando suas origens, formações e trajetórias profissionais, o autor nos traz alguns procedimentos metodológicos para construir e utilizar uma base de dados informatizada capaz de reunir informações sobre esse grupo social e explicar o desenvolvimento da instituição no período. Mais do que isso, o artigo nos alerta para importância de refletir sobre um problema de pesquisa adequado, o conhecimento das fontes primárias a serem exploradas e a proposta organização das informações, já que todas irão refletir-se na construção da base de dados. Isso leva a reconhecer a sua não neutralidade, pois, ao retratar a complexidade do mundo social através de tabelas informatizadas, o pesquisador tem autonomia para inserir, recortar e comparar os dados que estão contidos nela. Desse modo, o artigo apresenta-se como um incentivo para pesquisadores que estudam elites, que se utilizam do método prosopográfico e/ou que lidam com um grande volume de informações.

O artigo de Ubaldininha da Costa Torres Luize e Paulo Roberto Staudt Moreira intitulado “Todos eles com as características flagrantes e muito vivas de subversão: homofobia, ditadura militar e a cassação de um prefeito (Feliz, RS, 1969)”, traz uma temática pouco explorada em estudos sobre grupos políticos e elites: a questão da homossexualidade. Através do caso do prefeito Kurt Walter Graebin, os autores observaram seu processo de cassação dentro do contexto de lutas políticas regionais e nacionais durante a Ditadura Civil-Militar (1964-85). De origem comerciante e militante do PTB, Kurt Graebin pode ser visto como um exemplo da ascensão do Trabalhismo no interior do Estado, mesmo após os constrangimentos do Golpe Militar de 1964, o que lhe permitiu ser eleito em novembro de 1968 para um novo mandato municipal. No entanto, sua trajetória foi acompanhada pela ascensão de uma oposição política, que viu nos instrumentos discricionários do Regime (o Ato Institucional número 5) a possibilidade de removê-lo do poder municipal, acusando-o de “pederastia” e “corrupção de menores”. Os autores nos instigam a refletir que recursos sociais eram exigidos para integrar o poder político e como podiam ser manipulados, tendo em vista serem baseados em valores heteronormativos, muito evidentes nas comunidades do interior do país. Assim, mesmo não havendo uma perseguição sistemática aos homossexuais pela estrutura repressiva da Ditadura Civil-Militar, as acusações podiam ser meios para justificar a exclusão de um indivíduo da vida política, beneficiando a oposição local.

Além dos trabalhos relacionados ao tema do dossiê, apresentamos ainda as contribuições de Juliana Moraes, Luís Vaamonde e Fábio Souza. O artigo de Juliana Moraes, “As Ordens Terceiras franciscanas no império português e os estatutos de limpeza de sangue entre os séculos XVIII e XIX” propõe uma análise sobre os efeitos das reformas pombalinas no Brasil Colônia, ao pretenderem abolir os referidos estatutos que diferenciavam os indivíduos e marcavam as hierarquias sociais do período. Luís Vaamonde, através do artigo “Desarrollo y destrucción del Sistema liberal de prisiones em España: um marco general para su estudio”, percebeu a influência das ideias liberais no sistema prisional espanhol nas primeiras décadas do século XX, tais como harmonia social, respeito ao indivíduo e à propriedade, ainda que houvesse retrocessos em períodos de autoritarismo no país. Por fim, o artigo “A Cultural Popular de Arraes”, de Fábio Souza, procura analisar as dinâmicas que envolvem o Movimento de Cultura Popular do Recife nos primeiros anos de 1960, demonstrando uma tensão entre uma

postura elitista dos intelectuais envolvidos e o protagonismo das massas populares no movimento.

Desejamos uma ótima leitura a todos.

Flavio Madureira Heinz - *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro*

Jonas Moreira Vargas - *Universidade Federal de Pelotas*

Marcelo Vianna - *Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul*